

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido a compensação de determinados ativo, totalizando o montante de R\$ 10.450. Auditamos a reclassificação mencionada na referida nota e em nossa opinião tal reclassificação é apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1SP 223326/O-3

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Passivo e patrimônio líquido | Notas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|-------|-----------------------|-----------------------|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| | | | Reclassificado | | | | Reclassificado |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 12.611 | 15.502 | Fornecedores | 11 | 17.574 | 13.313 |
| Caixa restrito | 7 | 4.974 | - | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 5.432 | 95.570 |
| Ativo financeiro de concessão | 8 | 42.054 | 42.634 | Arrendamento mercantil | 13 | 313 | 629 |
| Contas a receber | 9 | 5.052 | 9.521 | Obrigações e encargos trabalhistas | - | 1.337 | 1.442 |
| Impostos e contribuições a compensar | - | 2.894 | 340 | Obrigações tributárias | 14 | 1.145 | 1.884 |
| Outras contas a receber | - | 548 | 750 | Partes relacionadas | 15 | 12 | 136 |
| | | <u>68.133</u> | <u>68.747</u> | Dividendos | 19.2 | 193 | 241 |
| | | | | | | <u>26.006</u> | <u>113.215</u> |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 86.534 | - |
| Partes relacionadas | - | - | 14.885 | Arrendamento mercantil | 13 | 1.000 | 1.265 |
| Impostos diferidos | 16.1 | 6.317 | 4.858 | Impostos diferidos | 16.2 | 62.423 | 55.048 |
| Contas a receber | 9 | 19.889 | 15.928 | Provisões | 17 | 12.273 | 7.687 |
| Ativo Financeiro de Concessão | 8 | 158.951 | 158.052 | Receita Diferida | 18 | 2.825 | 3.032 |
| | | <u>185.157</u> | <u>193.723</u> | | | <u>165.054</u> | <u>67.032</u> |
| | | | | Total do passivo | | <u>191.060</u> | <u>180.247</u> |
| Imobilizado | | | | Patrimônio líquido | | | |
| Intangível | - | 26 | 30 | Capital social | 19.1 | 30.457 | 30.457 |
| | 10 | 1.402 | 1.463 | Reserva de lucros | 19.2 | 33.200 | 53.260 |
| | | <u>186.585</u> | <u>195.216</u> | Total do patrimônio líquido | | <u>63.658</u> | <u>83.717</u> |
| Total do ativo | | <u><u>254.718</u></u> | <u><u>263.963</u></u> | Total do passivo e patrimônio líquido | | <u><u>254.718</u></u> | <u><u>263.963</u></u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Notas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------|------------|------------|
| Receitas líquidas | - | 55.847 | 59.969 |
| Custos | 21 | (51.379) | (49.678) |
| Lucro bruto | 20 | 4.468 | 10.291 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | (7.080) | (7.729) |
| Outras despesas/receitas operacionais | - | (1.200) | 1.178 |
| Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro | | (3.813) | 3.740 |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 23 | 42.952 | 41.552 |
| Despesas financeiras | 24 | (11.559) | (8.381) |
| | | 31.393 | 33.171 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 27.581 | 36.911 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16.3 | (5.346) | (9.067) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 16.3 | (2.887) | (3.742) |
| Lucro líquido do exercício | | 19.347 | 24.102 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido do exercício | 19.347 | 24.102 |
| Resultado abrangente do exercício | <u>19.347</u> | <u>24.102</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de Reais)

| | Notas | Capital Social | Reserva de Lucros | | | Total do patrimônio líquido |
|--|-------|----------------|-------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------|
| | | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros do exercício | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | | 30.457 | 3.297 | 31.971 | - | 65.725 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 24.102 | 24.102 |
| Constituição da reserva legal | - | - | 1.206 | - | (1.206) | - |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 22.896 | (22.896) | - |
| Dividendos pagos | 19.2 | - | - | (6.241) | - | (6.241) |
| Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2019 | 19.2 | - | - | 131 | - | 131 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 19.2 | 30.457 | 4.503 | 48.757 | - | 83.717 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 19.347 | 19.347 |
| Constituição da reserva legal | - | - | 966 | - | (966) | - |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 18.381 | (18.381) | - |
| Dividendos pagos | 19.2 | - | - | (35.653) | - | (35.653) |
| Juros sobre capital próprio pagos | 19.2 | - | - | (3.802) | - | (3.802) |
| Dividendos mínimos obrigatórios 2021 | 19.2 | - | - | (193) | - | (193) |
| Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2020 | 19.2 | - | - | 241 | - | 241 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | 30.457 | 5.469 | 27.731 | - | 63.658 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 27.581 | 36.911 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | |
| Margem na construção | (10) | (140) |
| Encargos sobre empréstimos | 10.187 | 7.141 |
| Depreciações | 300 | 296 |
| Variações Monetárias sobre ativo financeiro | (41.550) | (36.404) |
| Demais variações monetárias | (773) | (1.396) |
| Reequilíbrio financeiro | (3.192) | (14.541) |
| Apropriação Receitas diferidas | (207) | (207) |
| Provisões | 4.586 | 3.950 |
| Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins) impostos no resultado | 571 | 1.539 |
| | <u>(2.507)</u> | <u>(2.851)</u> |
| Variações em saldos de ativos e passivos | | |
| Ativo financeiro de concessão | 41.295 | 36.065 |
| Contas a receber | 4.468 | (378) |
| Impostos e contribuições a compensar | (2.550) | - |
| Adiantamentos a fornecedores | 224 | 574 |
| Outras contas a receber | (21) | (24) |
| Fornecedores | 4.261 | 5.392 |
| Obrigações e encargos trabalhistas | (104) | 316 |
| Obrigações tributárias | (739) | 611 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (2.887) | (3.742) |
| Arrendamento mercantil CPC 06 | (581) | 139 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | <u>40.858</u> | <u>36.102</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Caixa restrito | (4.974) | - |
| Mútuo concedido | - | (14.885) |
| Mútuo recebido | 14.885 | - |
| Aquisições Ativo imobilizado/intangível | (236) | - |
| Aquisições do ativo financeiro em formação | (53) | (752) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>9.621</u> | <u>(15.637)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros | | |
| Amortizações de financiamentos | (2.461) | (765) |
| Pagamentos de juros sobre financiamentos | (8.754) | (4.455) |
| Custo na captação de recursos de terceiros | (2.176) | - |
| Captação de arrendamento mercantil | 166 | - |
| Pagamentos de arrendamentos | (535) | (861) |
| Pagamentos de juros sobre arrendamento mercantil | (32) | (41) |
| Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros | <u>(13.792)</u> | <u>(6.122)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas | | |
| Pagamento de dividendos | (35.653) | (6.000) |
| Pagamento de juros sobre capital próprio | (3.802) | - |
| Contas-correntes com partes relacionadas | (124) | (200) |
| Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas | <u>(39.579)</u> | <u>(6.200)</u> |
| Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.891)</u> | <u>8.143</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 15.502 | 7.358 |
| No fim do exercício | 12.611 | 15.501 |
| Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(2.891)</u> | <u>8.143</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021).

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2) Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações.

Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais.

As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021).

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022);

c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

- Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

3.3. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.4. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços “bata cinza” e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

3.5. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IRPJ e CSLL.

3.6. Adiantamento a fornecedor

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 17.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.9. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.10. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.12. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.13. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.14. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Reclassificações de contas patrimoniais

A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e optou pela reclassificação destes valores para a rubrica de Contas a Receber no Ativo não circulante, considerando que não há uma data provável para recebimento desses recursos.

Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar:

- (a) a natureza da reclassificação,
- (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e
- (c) a razão para a reclassificação

Ativo financeiro de concessão:

| | 31/12/2020 | Reclassificação | 31/12/2020 |
|--|----------------|-----------------|----------------|
| Movimentações ativo financeiro em formação | 383.376 | (10.450) | 372.926 |
| Variação monetária sobre ativo financeiro | 113.766 | - | 113.766 |
| Recebimentos de aportes | (192.489) | - | (192.489) |
| Recebimentos contraprestação fixa | (93.517) | - | (93.517) |
| | <u>211.136</u> | <u>(10.450)</u> | <u>200.686</u> |

Contas a receber:

| | 31/12/2020 | Reclassificação | 31/12/2020 |
|-------------------------|---------------|-----------------|---------------|
| Contas a receber | | | |
| Parcela variável | 9.526 | - | 9.526 |
| Reequilíbrio financeiro | 5.477 | 10.450 | 15.927 |
| Receita Acessória | 19 | - | 19 |
| Direito de exploração | (24) | - | (24) |
| | <u>14.999</u> | <u>10.450</u> | <u>25.449</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e Bancos | 331 | 64 |
| Aplicações financeiras | | |
| Banco Bradesco S/A | 11.913 | 15.437 |
| Banco do Brasil S/A | - | 1 |
| Banco Santander S/A | 367 | - |
| | <u>12.611</u> | <u>15.502</u> |

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI.

7. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito no montante de R\$ 4.974 refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 8 (oito) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios e serviço da dívida. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados.

8. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

| | Reclassificado | | |
|--|----------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2020 | Movimentações | 31/12/2021 |
| Movimentações ativo financeiro em formação | 372.926 | 64 | 372.990 |
| Varição monetária sobre ativo financeiro | 113.766 | 41.550 | 155.316 |
| Recebimentos de aportes | (192.489) | - | (192.489) |
| Recebimentos contraprestação fixa | (93.517) | (41.295) | (134.812) |
| | <u>200.686</u> | <u>319</u> | <u>201.005</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,49% 2021 e TIR 1,44% 2020), são reconhecidos no resultado:

| | 31/12/2021 | Reclassificado 31/12/2020 |
|-------------------------------|----------------|------------------------------|
| Ativo Financeiro de concessão | 201.005 | 200.686 |
| | <u>201.005</u> | <u>200.686</u> |
| Circulante | 42.054 | 42.634 |
| Não circulante | 158.951 | 158.052 |

9. Contas a receber

| | 31/12/2021 | Reclassificado 31/12/2020 |
|-------------------------|---------------|------------------------------|
| Contas a receber | | |
| Parcela variável | 5.060 | 9.525 |
| Reequilíbrio financeiro | 19.889 | 15.928 |
| Receita Acessória | 13 | 20 |
| Direito de exploração | (20) | (24) |
| | <u>24.942</u> | <u>25.449</u> |
| Circulante | 5.052 | 9.521 |
| Não circulante | 19.889 | 15.928 |

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

10. Intangível

| Intangível | Custo | Atualização de contrato | Amortização acumulada | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------|--------------|--------------|
| | | | | Líquido | Líquido |
| Direito de uso do ativo | 1.755 | 19 | (589) | 1.185 | 1.463 |
| Softwares | 217 | - | - | 217 | - |
| | <u>1.972</u> | <u>19</u> | <u>(589)</u> | <u>1.402</u> | <u>1.463</u> |

11. Fornecedores

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Spdm - Hosp. Reg. De Sorocaba Bata Cinza | 14.268 | 9.816 |
| Demais Fornecedores | 3.306 | 3.497 |
| | <u>17.574</u> | <u>13.313</u> |

A Companhia possui contrato firmado com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina ("SPDM") para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de Sorocaba denominados como "bata cinza". Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia esclarece que, como já pontuado à SPDM ao longo dos últimos anos, não concorda com os valores reclamados pelo fornecedor e que serão adotadas as medidas jurídicas cabíveis sobre o tema.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

| Instituições financeiras | Taxas Contratuais | Vencimento final | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------|--------------|----------------|---------------|---------------|--|
| | | | Circulante | Não circulante | Total | Total | |
| BNDES - Ponte A (a) | IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2,94% a.a. | Agosto de 2034 | 311 | 6.795 | 7.106 | 7.778 | |
| BNDES - Ponte B (a) | IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a. | Agosto de 2034 | 1.145 | 24.897 | 26.042 | 26.657 | |
| BNDES - Capital de giro (b) | IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2,94% a.a. | Agosto de 2034 | 1.465 | 31.838 | 33.303 | 33.899 | |
| (-) Custos na captação de recursos | | | (106) | (942) | (1.048) | - | |
| | | | <u>2.815</u> | <u>62.588</u> | <u>65.403</u> | <u>68.334</u> | |
| | | | Circulante | Não circulante | Total | Total | |
| 1º emissão de debêntures (c) | CDI + 3,60% a.a | Setembro de 2029 | 2.784 | 24.755 | 27.539 | - | |
| (-) Custos na captação de empréstimos | | | (219) | (908) | (1.127) | - | |
| | | | <u>2.565</u> | <u>23.847</u> | <u>26.412</u> | <u>-</u> | |
| | | | Circulante | Não circulante | Total | Total | |
| Daycoval Banco Múltiplo - Leasing (d) | Pré fixada 0,8336% a.m. | Setembro de 2024 | 65 | 108 | 173 | 94 | |
| (-)Ajuste a valor presente | | | (13) | (9) | (22) | (4) | |
| Bradesco Leasing - Leasing | Leasig financeiro CDI + 0,3195% a.m. | - | - | - | - | 405 | |
| (-)Ajuste a valor presente | | | - | - | - | (23) | |
| | | | <u>52</u> | <u>99</u> | <u>151</u> | <u>472</u> | |
| | | | Circulante | Não circulante | Total | Total | |
| Bradesco - Capital de giro (e) | CDI + 2,20% a.a. | | - | - | - | 26.764 | |
| | | | - | - | - | 26.764 | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2021 | 31/12/2022 |
|----------------|---------------|---------------|
| Circulante | 5.432 | 95.570 |
| Não Circulante | 86.534 | - |
| | <u>91.966</u> | <u>95.570</u> |

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 33.102 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 33.258 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos são destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de Sorocaba.

- c) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 27.160 totalizando um montante de 27.160 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais.

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba.

- d) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 166 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.
- e) Em agosto de 2021, o saldo de empréstimo bancário no montante de R\$ 27.160 (31/12/2021 - R\$ 26.764) foi quitado com os recursos recebidos na emissão das debêntures.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

| | |
|--|----------|
| Saldos no início do exercício | 95.570 |
| Emissão de debêntures | 27.160 |
| Liquidação de empréstimos (Bradesco) | (27.160) |
| Arrendamento mercantil | 166 |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos | 10.187 |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (2.996) |
| Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (8.786) |
| Custo na emissão de empréstimos e financiamentos | (2.176) |
| Saldo no final do exercício | 91.966 |

Os recursos captados na emissão de debêntures foram destinados à quitação do saldo de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, desta forma os valores foram apresentados líquidos na Demonstração do Fluxo de Caixa.

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 a 2034 | Total |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------------|--------|
| Ponte A | 335 | 372 | 407 | 445 | 5.236 | 6.795 |
| Ponte B | 1.238 | 1.374 | 1.501 | 1.640 | 19.145 | 24.897 |
| Capital de Giro | 1.583 | 1.757 | 1.920 | 2.097 | 24.482 | 31.838 |
| | 3.155 | 3.504 | 3.828 | 4.182 | 48.862 | 63.531 |

Debêntures

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 a 2029 | Total |
|--------------------------|-------|-------|-------|-------|-------------|--------|
| 1º emissão de debêntures | 2.795 | 3.030 | 3.343 | 3.698 | 11.890 | 24.755 |
| | 2.795 | 3.030 | 3.343 | 3.698 | 11.890 | 24.755 |

Leasing

| | 2023 | 2024 | Total |
|----------------|------|------|-------|
| Banco Daycoval | 57 | 41 | 99 |
| | 57 | 41 | 99 |

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP à Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, Conta Reserva mencionado na nota explicativa nº 7 - Caixa Restrito.

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20;

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------|------------|------------|
| Patrimônio Líquido | 63.658 | 83.717 |
| Ativo Total | 254.718 | 263.963 |
| ICP | 0,25 | 0,32 |

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

- ICSD igual ou superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;
- ICSD inferior a 1,30 e superior a 1,20 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;
- ICSD inferior a 1,20, fica a beneficiaria vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES;
- ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,30.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------|------------|------------|
| Patrimônio Líquido | 63.658 | 83.717 |
| Ativo Total | 254.718 | 263.963 |
| ICP | 0,25 | 0,32 |

| | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
|---|------------|------------|
| Geração Operacional de Caixa | 34.896 | 36.359 |
| Ebitda ajustado | 37.783 | 40.101 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social corrente | (2.887) | (3.742) |
| Serviço da dívida | (11.782) | (6.123) |
| Pagamento de juros | (8.786) | (4.497) |
| Pagamento de principal | (2.996) | (1.626) |
| ICSD | 2,96 | 5,94 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

13. Arrendamento mercantil

A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras.

Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | 313 | 629 |
| Não Circulante | 1.000 | 1.265 |
| | <u>1.313</u> | <u>1.894</u> |

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

| | |
|-------------------------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | <u>1.894</u> |
| Novos contratos | - |
| Pagamentos - principal | (448) |
| Pagamentos - juros | (241) |
| Apropriação de encargos financeiros | 108 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>1.313</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

14. Obrigações tributárias

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Cofins a recolher | 427 | 534 |
| ISS a recolher | 415 | 390 |
| IRPJ a recolher | - | 381 |
| PIS/COFINS/CSLL retido na fonte | 125 | 147 |
| CSLL a recolher | - | 143 |
| INSS retido na fonte | 58 | 113 |
| Pis a recolher | 88 | 112 |
| ISS retido na fonte | 25 | 50 |
| IR retido na fonte | 7 | 12 |
| ICMS a recolher | - | 2 |
| | <u>1.145</u> | <u>1.884</u> |

15. Partes relacionadas

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Contas-correntes passivas | | |
| Construcap CCPS Eng.e Com S.A. | 12 | 136 |
| Passivo circulante | <u>12</u> | <u>136</u> |

Os saldos de contas correntes passivas referem-se ao contrato com a Controladora de compartilhamento de despesas do escritório central.

A Companhia também possui com a Controladora, contrato de subarrendamento de imóvel. Os valores de subarrendamento estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e nota 12 - Arrendamento mercantil.

16. Impostos diferidos

16.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Bases temporárias | | |
| Base de cálculo temporárias exercicios anteriores | 14.288 | 5.582 |
| Movimentações da base do diferido, líquidos | 4.289 | 8.706 |
| Base ajustada | <u>18.577</u> | <u>14.288</u> |
| Imposto de renda diferido | 4.645 | 3.572 |
| Contribuição social diferido | 1.672 | 1.286 |
| | <u>6.317</u> | <u>4.858</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

16.2. Impostos diferidos registrados no Passivo

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$ 62.423 (R\$ 55.048 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------------|----------------------|
| Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") | | |
| Ativo financeiro de concessão | 8.548 | 9.220 |
| Variação monetária do ativo financeiro | 22.700 | 17.938 |
| Reequilíbrio financeiro | 4.600 | 3.687 |
| | <u>35.848</u> | <u>30.845</u> |
| Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") | | |
| Ativo financeiro de concessão | 3.077 | 3.319 |
| Variação monetária do ativo financeiro | 8.172 | 6.458 |
| Reequilíbrio financeiro | 1.656 | 1.327 |
| | <u>12.905</u> | <u>11.104</u> |
| Programa de Integração Social ("PIS") | | |
| Ativo financeiro de concessão | 1.417 | 1.529 |
| Variação monetária do ativo financeiro | 590 | 466 |
| Reequilíbrio financeiro | 252 | 199 |
| | <u>2.259</u> | <u>2.194</u> |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") | | |
| Ativo financeiro de concessão | 6.542 | 7.056 |
| Variação monetária do ativo financeiro | 3.630 | 2.867 |
| Reequilíbrio financeiro | 1.239 | 982 |
| | <u>11.411</u> | <u>10.905</u> |
| Total dos impostos diferidos passivos | <u><u>62.423</u></u> | <u><u>55.048</u></u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

16.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado

| Descrição: | Imposto de | Contribuição | Total | Imposto de | Contribuição | Total |
|---|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------|
| | renda | Social | | renda | Social | |
| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | 27.580 | 27.580 | 27.580 | 36.911 | 36.911 | 36.911 |
| Adições | 31.158 | 31.158 | 31.158 | 29.005 | 29.005 | 29.005 |
| Realização da margem da construção | 2.698 | 2.698 | 2.698 | 2.532 | 2.532 | 2.532 |
| Realização da variação monetária | 22.500 | 22.500 | 22.500 | 16.733 | 16.733 | 16.733 |
| Bases temporárias | 4.585 | 4.585 | 4.585 | 8.706 | 8.706 | 8.706 |
| Outras adições | 1.375 | 1.375 | 1.375 | 1.034 | 1.034 | 1.034 |
| Exclusões | (50.028) | (50.028) | (50.028) | (51.290) | (51.290) | (51.290) |
| Margem da Construção | (10) | (10) | (10) | (140) | (140) | (140) |
| Variação monetária sobre contrato de concessão | (41.551) | (41.551) | (41.551) | (36.403) | (36.403) | (36.403) |
| Juros sobre capital próprio | (3.802) | (3.802) | (3.802) | - | - | - |
| Reequilíbrio financeiro | (3.652) | (3.652) | (3.652) | (14.747) | (14.747) | (14.747) |
| Outras exclusões | (1.013) | (1.013) | (1.013) | - | - | - |
| Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo | 8.709 | 8.709 | 8.709 | 14.627 | 14.627 | 14.627 |
| Compensações de prejuízos fiscais | - | - | - | 3.351 | 3.351 | 3.351 |
| Base de cálculo após compensações | 8.709 | 8.709 | 8.709 | 11.276 | 11.276 | 11.276 |
| Imposto calculado | (2.153) | (784) | (2.936) | (2.795) | (1.016) | (3.811) |
| (-) PAT Programa de atenção ao trabalhador | 50 | - | 50 | 68 | - | 68 |
| Impostos correntes registrados no resultado | (2.103) | (784) | (2.887) | (2.726) | (1.016) | (3.742) |
| | Imposto de | Contribuição | Total | Imposto de | Contribuição | Total |
| | renda | Social | 31/12/2021 | renda | Social | 31/12/2020 |
| Ativo financeiro de concessão | 672 | 243 | 915 | 598 | 216 | 814 |
| Variação monetária de ativo financeiro | (4.763) | (1.715) | (6.478) | (4.917) | (1.770) | (6.687) |
| Bases temporárias | 1.072 | 386 | 1.458 | 2.176 | 784 | 2.960 |
| Reequilíbrio financeiro | (913) | (329) | (1.242) | (3.687) | (1.327) | (5.014) |
| Compensação de prejuízo fiscal | - | - | - | (838) | (302) | (1.140) |
| Impostos diferidos registrados no resultado | (3.932) | (1.414) | (5.346) | (6.668) | (2.399) | (9.067) |

17. Provisões

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Provisões para reinvestimento | 12.273 | 7.687 |
| | 12.273 | 7.687 |

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

17.1. Passivo Contingente

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 416 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis, de origem trabalhista. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

18. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------|--------------|--------------|
| Receita diferida | 2.825 | 3.032 |
| | <u>2.825</u> | <u>3.032</u> |

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado

19.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2021, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 35.653 (R\$ 6.110 em 2020) e pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.802; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatório no montante de R\$ 193 em 2021; os acionistas optaram pelo não recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020 no montante de R\$ 241. Os valores foram revertidos para a conta de reserva de lucros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

20. Lucro bruto

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| Receita de concessão | 60.123 | 56.782 |
| Receita de construção da concessão | 64 | 892 |
| Receitas acessórias | 499 | 541 |
| Receitas sobre reequilíbrio financeiro | 2.707 | 9.585 |
| Tributos sobre concessão | (7.123) | (6.726) |
| Tributos sobre construção da concessão | (3) | (33) |
| Tributos sobre as receitas acessórias | (46) | (50) |
| Tributos sobre reequilíbrio financeiro | (250) | (887) |
| Dedução sobre receitas acessórias | (124) | (135) |
| Receita operacional líquida (b) | 55.847 | 59.969 |
| (-) Custo da construção | (53) | (752) |
| (-) Custo da operação | (51.326) | (48.926) |
| Lucro bruto (a) | 4.468 | 10.291 |
| Margem % ((a) / (b)) | 8,00% | 17,16% |

21. Custos

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Serviços contratados | (32.719) | (31.947) |
| Custo com pessoal | (4.990) | (5.161) |
| Provisões para reposições do ativo financeiro | (3.590) | (3.590) |
| Manutenção Predial | (2.715) | (2.426) |
| Materiais e equipamentos hospitalares | (3.716) | (2.761) |
| Serviços de TI | (2.118) | (1.848) |
| Reposição ativo financeiro | (399) | (72) |
| Outros custos | (1.079) | (1.123) |
| | (51.326) | (48.926) |
| Custo da construção do ativo financeiro | (53) | (752) |
| | (51.379) | (49.678) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

22. Despesas gerais e administrativas

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Despesas com pessoal | (5.323) | (5.528) |
| Serviços de terceiros | (652) | (1.103) |
| Depreciações e amortizações | (300) | (296) |
| Impostos e taxas | (137) | (232) |
| Outras receitas/despesas | (668) | (568) |
| | <u>(7.080)</u> | <u>(7.729)</u> |

23. Receitas financeiras

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Variações monetárias s/ativo financeiro | 41.550 | 36.404 |
| Juros sobre mútuo | 1.115 | 526 |
| Juros sobre aplicações financeiras | 1.110 | 290 |
| Variações monetárias s/reequilíbrio | 770 | 1.388 |
| Juros sobre atraso no recebimento | 485 | 4.955 |
| Outras receitas financeiras | 17 | 19 |
| Impostos sobre receitas financeiras | (2.095) | (2.030) |
| | <u>42.952</u> | <u>41.552</u> |

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

24. Despesas financeiras

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------------|-----------------|----------------|
| Juros sobre empréstimos | (10.109) | (7.055) |
| Despesas financeiras sobre provisão | (996) | (361) |
| Custos nas transações com empréstimos | (128) | - |
| Juros sobre arrendamento (CPC 06) | (120) | (139) |
| Juros sobre arrendamento | (78) | (86) |
| Iof sobre operações financeiras | (12) | (14) |
| Outras despesas financeiras | (116) | (726) |
| | <u>(11.559)</u> | <u>(8.381)</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

25. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Lucro/prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro | (3.813) | 3.740 |
| (+) depreciações/amortizações | 300 | 296 |
| Ebitda | <u>(3.513)</u> | <u>4.036</u> |
| (+) Recebimento parcela fixa | 41.295 | 36.065 |
| Ebitda ajustado | <u><u>37.783</u></u> | <u><u>40.101</u></u> |

26. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

| (em milhares de reais) | Montante da |
|-----------------------------------|------------------|
| <u>Ramo</u> | <u>Cobertura</u> |
| Riscos nomeados | 16.156 |
| Responsabilidade civil | 10.000 |
| Responsabilidade civil hospitalar | 10.000 |
| Riscos nomeados | 335.354 |

27. Efeitos Covid

Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.